

A Relação entre os Níveis de Capital Social e os Índices de Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Comparativa entre Municípios

Autoria: Elisabeth de Oliveira Andrade, Gesinaldo Ataíde Cândido

Resumo

A fragmentação do poder público e o baixo desenvolvimento presenciado na sociedade contemporânea têm corroborado para uma redefinição de princípios e práticas, no intuito maior de promover a descentralização do poder paralela a uma governança mais eficiente, trazendo ao debate contemporâneo temas emergentes como o Capital Social e o Desenvolvimento Sustentável. Este estudo tem como objetivo analisar a relação entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável de municípios do Cariri Paraibano. Como suporte metodológico, utilizou-se inicialmente a ferramenta do QI-MCS (Questionário Integrado para Medir Capital Social), a qual foi desenvolvida por Grootaert *et al.* (2004). Paralelamente, foi utilizada a metodologia proposta por Barreto (2004), que possibilita o cálculo do Índice de Capital Social (ISC), a qual utiliza parâmetros do capital social propostos por Khan e Silva (2002). Em seguida, foi aplicada à metodologia referente ao Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) desenvolvida por Martins e Cândido (2008). A obtenção dos resultados permitiu apontar que as práticas e ações do desenvolvimento local sustentável foram melhores viabilizadas no município de Monteiro, o qual apresentou um maior nível de capital social e maior índice de sustentabilidade.

1. Introdução

A discussão de um novo paradigma de desenvolvimento, em que o mesmo passa a ser visto além da perspectiva do crescimento econômico tem promovido a indução de reflexões e mudanças de comportamentos derivados de uma conscientização dos cidadãos e representantes públicos. Em decorrência da desilusão com os rumos da democracia, inclusive o descrédito e a desconfiança no desempenho das instituições, é preponderante que se pense em estratégias que recuperem a credibilidade das mesmas, ante as demandas solicitadas pela cidadania, sendo o reconhecimento e a importância da sociedade civil no processo de solidificação da democracia.

Neste sentido, a predominância de um ambiente excludente caracterizado pela fragmentação e desigualdade social tem resultado na necessidade em se abordar a temática do Capital Social como um dos caminhos que podem vir a promover uma restituição de tal cenário, uma vez que a discussão deste conceito conduz para uma possível resolução dos dilemas contemporâneos.

Concomitantemente, o debate sobre o desenvolvimento local vem sendo enfatizado há algumas décadas, mas adquiriu uma real consolidação a partir das mudanças ocorridas no ambiente, do acirramento das tensões sociais, da desarticulação nas políticas públicas e ultimamente, da incessante degradação dos recursos naturais. Nesta perspectiva, almeja-se que o desenvolvimento local venha a ocorrer de forma sustentável, na medida em que a sustentabilidade emerge como alternativa eficaz para promoção da inclusão social, do bem estar econômico e principalmente, da preservação do meio ambiente.

De acordo com Sachs (1997), o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se a uma nova concepção dos limites e ao reconhecimento das fragilidades do planeta, ao mesmo tempo em que enfoca o problema socioeconômico e da satisfação das necessidades básicas das populações.

Compreender o real significado de temas tão complexos como o capital social e o desenvolvimento sustentável, bem como entender que os mesmos estão diretamente interligados é um passo inicial para um processo de mudança, uma vez que visam promover

uma inclusão cidadã, uma atuação efetiva das instituições sociais, econômicas, políticas e ambientais e assim, um desenvolvimento que seja, de fato, sustentável.

Neste sentido, o artigo tem como objetivo analisar a relação entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável. Como contexto da pesquisa, foram estudados municípios do Estado da Paraíba, especificamente Monteiro e Serra Branca. A escolha de tais municípios ocorreu face os mesmos estarem inseridos em um projeto de desenvolvimento local conhecido como o “Pacto Novo Cariri”, o qual visava ampliar e dinamizar ações/atividades contribuindo para produzir o processo de desenvolvimento sustentável nas regiões do semi-árido da Paraíba, a partir de um pacto de cooperação, celebrado informalmente entre a sociedade civil, o Governo e a iniciativa privada.

Em termos de procedimentos metodológicos, inicialmente utilizou-se a ferramenta QI-MCS (Questionário Integrado para Medir Capital Social), a qual foi desenvolvida por Grootaert *et. al.* (2004). Paralelamente, foi utilizada metodologia proposta por Barreto (2004), que possibilita o cálculo do Índice de Capital Social (ISC), a qual utiliza parâmetros do capital social proposto por Khan e Silva (2002). Em um segundo momento da pesquisa, foi aplicado metodologia desenvolvida por Martins e Cândido (2008), o qual permite medir o índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios.

Além desta parte introdutória, o artigo encontra-se assim estruturado: em um primeiro estão explicitados na fundamentação teórica à temática do Capital Social e; Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Sustentabilidade. Em seguida, são explicitados os procedimentos metodológicos para coleta, tratamento e análise dos dados. Depois são esboçados os resultados e suas devidas análises e as considerações finais.

2. Fundamentação Teórica

2.1 Capital Social

A discussão acerca da temática do capital social envolve um conjunto de conceitos distintos, expostos pelos diversos estudiosos e interessados pelo tema, e em sua maioria complementares, ao impulsionar a sociedade civil para maiores índices de participação social, visando o alcance do desenvolvimento local e a conseqüente consolidação da democracia.

O capital social vem adquirido maior embasamento, revigorando-se com o objetivo de tornar-se de fato consolidado e sustentável, uma vez que ainda verifica-se a existência de uma grande subjetividade em torno do mesmo. Apesar das limitações teóricas e metodológicas, este conceito se constitui como um importante elo no processo de revitalização da democracia, fomentando a construção de uma identidade coletiva, e conseqüentemente interferindo na maior compreensão e resolução dos dilemas atuais.

Numa perspectiva cronológica, D’Araujo (2003) afirma que a primeira a fazer referência à expressão capital social foi Lyda Judson no ano de 1916, incorporando-o para descrever centros comunitários de escolas rurais. Já para Franco (2001), o pioneiro foi Tocqueville em seu livro *Democracy in América* (1835; 1840), o qual abordou um agudo contraste entre a França e os EUA. Na década de 60, Jacobs (1961) enfatiza a importância de redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles. Por sua vez, Loury (1977) introduziu tal conceito como relações de confiança que melhoram o uso dos recursos individuais. Em meados de 80, emergem autores que se tornaram consagrados no tema em análise, atribuindo-se novos dimensionamentos em que enfatizavam elementos como confiança, redes sociais, cooperação, engajamento cívico e coesão social, dentre eles: Robert Putnam, Pierre Bourdieu e James Coleman.

De acordo com Putnam (1996), o capital social pode ser compreendido como a capacidade que os grupos e organizações que formam a sociedade civil desenvolvem para

trabalhar conjuntamente no alcance de objetivos comuns, proporcionando uma maior eficiência na produção coletiva de riqueza.

Segundo Bourdieu (1980), o capital social pode ser entendido como redes de relações sociais, em que os indivíduos extraem recursos e vantagens, como um multiplicador das outras formas de capital. Para o autor, o capital social envolve às redes permanentes e próximas de um grupo que asseguram aos seus membros um conjunto de recursos atuais e potenciais, direcionando sua pesquisa para a questão do poder e das desigualdades em diferentes campos.

Já na percepção de Coleman (1984; 1990), o capital social é um conceito importante para o desenvolvimento econômico, físico e humano e tem condições de alcançar recursos para o bem-estar coletivo, referindo-se ainda a aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos atores dentro da estrutura. Além disto, a sua abordagem procura conciliar o capital social aos aspectos relacionados ao desenvolvimento em um dado espaço geográfico.

Diante de tais considerações, o capital social existente em um território deve ser levado em consideração para a realização de um efetivo desenvolvimento sustentável, na medida em que o bom êxito desse desenvolvimento depende do envolvimento e engajamento da população local, sem a qual ele não acontecerá. Esta visão incorpora novos padrões interativos com a comunidade local, preocupando-se com as condições de viabilização em contextos socioculturais específicos, mobilizando conhecimentos e partilhando responsabilidades. O desenvolvimento dessa natureza pressupõe mudança de paradigma humano de percepção, pensamento e ação (MENEGASSO & CARELLI, 2004).

Neste sentido, o capital social apresenta-se assim como variável que influencia e é influenciada pelo desenvolvimento sustentável, na medida em que disponibiliza elementos facilitadores para propagação do mesmo, sugerindo a necessidade de uma predisposição por parte dos cidadãos para cooperarem e serem solidários uns com os outros, e em contrapartida, propondo uma atuação mais efetiva das instituições.

2.2 Desenvolvimento Sustentável e Indicadores de Sustentabilidade

O entendimento de um tema complexo como o desenvolvimento sustentável, requer uma mudança de valores, ideologias, princípios éticos, além de um novo pensar acerca da amplitude de fatores que o envolvem. Segundo Barreto (2004), a idéia de sustentável indica algo capaz de ser suportável, duradouro e conservável, apresentando uma imagem de continuidade. Trata-se da emergência de um novo paradigma para orientação dos processos, de uma reavaliação dos relacionamentos da economia e da sociedade com a natureza, e do Estado com a sociedade civil.

A questão ambiental adquiriu maior relevância frente ao cenário internacional nos anos 70, na medida em que se verificou o surgimento de diversas associações relacionadas a aspectos ambientalistas. Em meados de 1987, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento publicou o Relatório *Brundtland*, o qual produziu um documento considerado básico para a definição desta noção e dos princípios que lhes dão fundamento.

A definição do desenvolvimento sustentável pode ser compreendida como aquela que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (NOSSO FUTURO COMUM, 1991).

Seguindo esta mesma linha de pensamento, Goldsmith *et al.* (1972) afirma que uma sociedade pode ser considerada sustentável quando todos os seus propósitos e intenções podem ser atendidos indefinidamente, fornecendo satisfação ótima para os seus membros.

Do ponto de vista da definição do desenvolvimento sustentável, por algumas décadas, houve dificuldade em explicitar exatamente o que o Desenvolvimento Sustentável (DS) era e

como alcançá-lo. Entretanto, tornou-se evidente que a busca do desenvolvimento sustentável exige a integração de fatores econômicos, políticos, culturais, ecológicos e sociais (GALLOPIN *et al.*, 1996).

Segundo Baquero e Cremonese (2006), uma das características essenciais do desenvolvimento sustentável, ao contrário da forma tradicional de desenvolvimento, diz respeito não apenas a proteção do meio ambiente, mas incorpora, sobretudo, as pessoas, suas necessidades e como elas podem ser satisfeitas equitativamente no contexto atual.

Neste sentido, a integração e participação direta dos atores sociais tornam-se preponderantes para que as ações e projetos desenvolvidos sejam de fato, efetivos e sustentáveis, o que requer um envolvimento maior das instituições e dos indivíduos em prol de atender objetivos comuns, através de uma compreensão e reflexão acerca da degradação ambiental. O desenvolvimento sustentável sugere que um efetivo processo de democratização de uma dada sociedade é embasado por ações coletivas que, a partir da adoção de novos princípios, passam a gerenciar da melhor forma os recursos naturais disponíveis visando reverter o atual quadro de instabilidade, ou seja, requer maiores níveis de capital social.

Paralelamente a amplitude e importância do desenvolvimento sustentável, o qual abrange dentro de uma mesma perspectiva princípios sociais, demográficos, econômicos, institucionais, ambientais e culturais, faz-se necessário evidenciar ferramentas que possam de algum modo acompanhar e avaliar os avanços e/ou retrocessos que tal desenvolvimento tem apresentado, através da utilização de indicadores de sustentabilidade.

De acordo com Cândido (2004), os problemas complexos do desenvolvimento sustentável requerem sistemas interligados, indicadores inter-relacionados ou a agregação de diferentes indicadores. Existem poucos sistemas de indicadores que lidam especificamente com o desenvolvimento sustentável, sendo em sua maioria em caráter experimental, e estes sistemas foram desenvolvidos com o propósito de melhor compreender os fenômenos relacionados a sustentabilidade.

Diante de tais considerações acerca do tema em análise e das diversas visões expostas verifica-se a interligação existente entre a temática do capital social e da sustentabilidade, uma vez que quanto maior o nível de capital social numa dada localidade, região e/ou país, melhores serão os índices de desenvolvimento sustentável e conseqüentemente, maior a favorabilidade para existência de ações e práticas que corroborem para o desenvolvimento local sustentável.

3. Procedimentos Metodológicos

Dadas às características do estudo, o qual busca a compreensão de fenômenos sociais a partir da localização, avaliação e síntese de dados e informações em determinado período, o tipo de pesquisa mais indicado é a exploratória e descritiva. O método utilizado foi o estudo de caso múltiplo, onde se realizou um estudo comparativo entre duas experiências para geração do desenvolvimento local, sendo uma delas considerada exitosa e outra não, a partir dos parâmetros e critérios pré-estabelecidos pela instituição responsável pela gestão do projeto.

No que se refere ao levantamento e natureza dos dados, utilizou-se da pesquisa documental e bibliográfica, além de visitas *in loco* as cidades e às instituições, através de observação não participante e entrevista. O período de coleta de dados deu-se no ano de 2005 em pesquisa realizada por Costa (2007).

O trabalho de pesquisa foi executado com base em dados secundários, obtidos a partir do acesso ao estudo desenvolvido por Costa (2007) e através de dados secundários disponibilizados por fontes de diversas instituições nacionais acerca dos indicadores que

compõem as dimensões da sustentabilidade (para o índice de desenvolvimento sustentável - IDS).

Quanto ao contexto da pesquisa, a mesma foi realizada em dois municípios da microrregião do Cariri paraibano, Monteiro e Serra Branca. No que concerne à análise do capital social, foi utilizada a amostragem do tipo não probabilística por acessibilidade, considerando que a seleção dos entrevistados dependeu da disponibilidade dos mesmos e também do interesse que tinham sobre a pesquisa. Tal amostra ficou assim caracterizada: 17 entrevistados em Monteiro e 13 entrevistados em Serra Branca, com a maioria dos elementos da amostra tendo algum tipo de envolvimento com as políticas e ações para geração do desenvolvimento local.

A metodologia utilizada inicialmente foi o Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS), desenvolvido pelos autores Grootaert *et al.* (2004), o qual se caracteriza por ser uma das poucas, mas eficazes propostas, uma vez que é uma ferramenta que mensura o capital social, em particular, no contexto de países em desenvolvimento a partir de um conjunto de estudos e pesquisas realizadas por diversos autores, entre eles, os trabalhos desenvolvidos por Coleman (1984).

Como forma de consolidar o capital social através de um respaldo quantitativo, aliou-se a metodologia do QI-MCS à metodologia proposta por Barreto (2004), a qual sugere encontrar um índice para as dimensões do capital social numa determinada localidade, sendo este índice enquadrado em níveis específicos, que variam de baixo, médio e alto, a partir de proposta de Khan e Silva (2002).

Assim, matematicamente, pode-se definir o ICS como: $ICS = \sum C_i$

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;

$\sum C_i$ = somatório das contribuições de cada variável "i" no índice de Capital Social.

Vale ressaltar que, a contribuição de cada categoria para o cálculo final do ICS foi obtida do seguinte modo:

$$C_i = \frac{\sum_{j=1}^n E_{ij}}{\sum_{i=1}^m \sum_{j=1}^n E_{\max,i}}$$

Onde:

ICS = Índice de Capital Social;

E_{ij} = escore da *i*-ésima variável obtida pela *j*-ésimo entrevistado;

$E_{\max,i}$ = escore máximo da *i*-ésima variável;

C_i = contribuição da variável "i" no índice de Capital Social;

$i = 1, \dots, n$, número de variáveis; $j = 1, \dots, m$, número de entrevistados;

n = Número de entrevistados; m = Número de variáveis.

Expostas as fórmulas que permitiram a consolidação do ICS, foi utilizada como base para o referido cálculo das dimensões e variáveis propostas pelo QI-MCS. Todavia, foram necessárias adaptações quanto à formulação das variáveis explicitadas pelo instrumento, visando adequá-las ao contexto da pesquisa e conseqüentemente, viabilizando o cálculo do ICS. Tal adaptação consistiu na transformação das variáveis em frases afirmativas, a fim de que os entrevistados **atribuíssem pesos de 0 (Não) e 1 (Sim)** as mesmas, com o objetivo de avaliar a presença e/ou ausência de cada variável do capital social nos referidos municípios. A

seguir, encontram-se apresentadas a relação das dimensões e variáveis utilizadas, com seus respectivos pesos:

Apoio comunitário: Tal participação é generalizada (por gênero); Tal participação é generalizada (por faixa etária); A comunidade pode ser considerada organizada; Tal participação é generalizada (por estado de emprego); As pessoas geralmente participam das diversas instituições locais que se fazem presentes; As pessoas e ou instituições se mobilizam para resolução de problemas; e Verifica-se a presença de programas ou instituições envolvidas na geração de desenvolvimento local;

Capital social estrutural: A comunidade dispõe de adequada infra-estrutura; O líder participa ativamente no processo de desenvolvimento da comunidade; Existe diferença entre os membros (Diversidade); e A comunidade considera os líderes como sendo influenciadores.

Redes e organizações de apoio mútuo: A comunidade apresenta níveis de diferenças quanto à educação, saúde, etnia, renda, afiliação política, entre outros; Os problemas decorrentes de tais disparidades são superados facilmente; A cidade dispõe de serviços locais básicos que atendam devidamente a população; e Os serviços são de acesso a todos.

Ação coletiva prévia: A comunidade interage com os líderes políticos a fim de solicitar ações de desenvolvimento; e As decisões a serem tomadas são relacionadas a projetos de desenvolvimento comum.

Capital social cognitivo: Recebe apoio e solidariedade das demais pessoas; O nível de confiança é considerado alto; O interesse é maior pelo bem estar coletivo; Tem-se a comunidade como próspera; Constata-se a presença de respeito e atenção à opinião alheia; Considera-se bem aceito (a) pela comunidade; Existe baixa incidência de conflitos; e Existe engajamento da comunidade.

Perfil organizacional: Existe compartilhamento no processo de mudança das estruturas e propósitos da organização; Existe interação entre as diversas instituições; Organizações participam ativamente; As organizações demonstram capacidade para conviver com conflitos; As organizações são dotadas de capacidade e competência; e As ações dos líderes contribuem para o desenvolvimento das instituições.

Conforme Khan e Silva (2002), para verificar o nível de acumulação do capital social, foi estabelecido o seguinte critério:

- Baixo nível de acumulação de capital social $0 < ICS \leq 0,5$
- Médio nível de acumulação de capital social $0,5 < ICS \leq 0,8$
- Alto nível de acumulação de capital social $0,8 < ICS \leq 1$

Mencionadas as metodologias que irão fornecer suporte para realização do índice de capital social, primeira etapa da pesquisa, emerge a necessidade em se dispor de uma metodologia que referencie, paralelamente, o desenvolvimento sustentável, a fim de analisar a relação entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável de municípios do Cariri Paraibano.

Neste contexto, para análise do índice de desenvolvimento sustentável utilizou-se a metodologia desenvolvida por Martins e Cândido (2008), a qual contém informações que foram organizadas numa perspectiva ampla e integradas dos aspectos: social, demográfico, econômicos, político-institucional, ambiental e cultural. Os autores utilizaram como base o IDS Brasil: 2004 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o qual permite a avaliação dos níveis de sustentabilidade para o Brasil, Unidades da Federação e municípios, paralelamente a metodologia do Índice de Desenvolvimento Sustentável desenvolvida pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - IICA (Waquil *et al.*, 2006). A junção de ambas às metodologias se deu no intuito de se dispor de um maior número de indicadores para municípios, dada as limitações de dados municipais das diversas metodologias existentes. Diante do exposto, o modelo de Martins e Cândido (2008) resultou

em um total de 46 indicadores distribuídos pelas seis dimensões da sustentabilidade, conforme discriminação abaixo:

Dimensão social: Esperança de vida ao nascer, Mortalidade Infantil; Prevalência da desnutrição total; Imunização contra doenças infecciosas infantis; Oferta de Serviços básicos de saúde; Escolarização; Alfabetização; Analfabetismo funcional; Famílias atendidas por transferências de benefícios sociais; Adequação de moradia nos domicílios; Densidade inadequada de moradores por dormitório; Coeficiente de mortalidade por homicídios; e Coeficiente de mortalidade por acidentes de transporte.

Dimensão demográfica: Taxa de crescimento da população; Taxa de Urbanização; Densidade Demográfica; Razão entre a população masculina e feminina; e População Residente por faixa etária.

Dimensão econômica: Produto Interno Bruto *per capita*, Participação da Indústria no PIB, Índice de Gini, Renda *per capita*, Renda Familiar *per capita* em salário-mínimo, Balança Comercial;

Dimensão político-institucional: Despesas por função; Despesa total com saúde por habitante; Acesso a Serviço de Telefonia Fixa; Comparecimento nas Eleições; Número de Conselhos Municipais; Acesso a Justiça; Transferências Inter-governamentais da União.

Dimensão ambiental: Qualidade das águas; Volume de Água Tratada: tratada em ETAs e por desinfecção; Consumo Médio *per Capita* de Água; Acesso ao sistema de abastecimento de água Urbana; Acesso a esgotamento sanitário Urbano; Acesso a coleta de Lixo Urbano por Domicílio;

Dimensão cultural: Bibliotecas; Museus; Ginásios de esportes e estádios; Cinemas; Unidades de ensino superior; Teatros ou Salas de Espetáculos; e Centros Culturais.

De acordo com esta proposta metodológica, Martins e Cândido *apud* Sepúlveda (2005) sugerem que quando os indicadores são escolhidos deve-se definir o tipo de **relação** que cada uma deles tem com o entorno geral. Dessa forma, existe uma **relação positiva** se um aumento no valor do indicador resulta em melhoria do sistema, ou seja, quanto maior o indicador melhor será índice e quanto menor o indicador pior será o índice; em contrapartida, a **relação é negativa** se um aumento no valor do indicador resulta em regressão do sistema, logo, quanto maior o indicador pior será o índice; assim como quanto menor o indicador, melhor será o índice.

No que concerne à operacionalização, a mesma é feita da seguinte forma:

$$\text{Se a relação é positiva: } I = \frac{x - m}{M - m} \qquad \text{Se negativa: } I = \frac{M - x}{M - m}$$

Onde:

I = índice calculado referente a cada variável, para cada município analisado;

x = valor observado de cada variável em cada município analisado;

m = valor mínimo considerado; M = valor máximo considerado.

Como se pode observar com a fórmula acima, faz-se necessário dispor dos níveis mínimo e máximo para cada indicador. Portanto, é feita uma comparação dos valores observados em cada um dos municípios analisados sempre com o menor e o maior valor dentre todos os municípios do Estado da Paraíba.

Por tais indicadores apresentarem-se com diferentes unidades de medida, é necessária a transformação em índices para permitir a agregação nas respectivas dimensões. O procedimento a ser adotado ajusta os valores observados dos índices a escalas cujo valor mínimo é 0 (zero) e o valor máximo é igual a 1 (um), criando condições para a agregação nas seis dimensões da sustentabilidade (Social, Demográfica, Econômica, Político-Institucional, Cultural e Ambiental), e assim, a posterior estimação do IDS, através da obtenção da média

aritmética de cada dimensão. Vale ressaltar que, o IDS final foi calculado também através da média aritmética dos IDS das dimensões.

A partir de tais considerações acerca do percurso metodológico utilizado para realização da pesquisa, serão enfatizados no tópico seguinte os resultados obtidos quanto à análise do capital social e do desenvolvimento sustentável nos municípios pesquisados.

4. Análise dos Resultados

4.1 Índice de Capital Social

A partir da análise do capital social em suas seis dimensões têm-se no Quadro 01 os resultados obtidos com a realização da pesquisa, com índices de capital social para as localidades pesquisadas nos seus respectivos parâmetros.

ÍNDICE DE CAPITAL SOCIAL GERAL				
DIMENSÕES	ICS - Monteiro	IDENTIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL	ICS - Serra Branca	IDENTIFICAÇÃO DOS NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL
Apoio Comunitário	0,8487	$0,8 < ICS \leq 1$	0,5275	$0,5 < ICS \leq 0,8$
Capital Social Estrutural	0,7942	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,3269	$0 < ICS \leq 0,5$
Redes e Organizações de Apoio Mútuo	0,5736	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,6732	$0,5 < ICS \leq 0,8$
Ação Coletiva Prévia	0,7353	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,3461	$0 < ICS \leq 0,5$
Capital Social Cognitivo	0,6543	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,7790	$0,5 < ICS \leq 0,8$
Perfil Organizacional	0,7746	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,3462	$0,5 < ICS \leq 0,8$
ICS GERAL	0,7301	$0,5 < ICS \leq 0,8$	0,4998	$0 < ICS \leq 0,5$

Quadro 01: Índice de Capital Social Geral
Fonte: Dados da Pesquisa (2008)

Tais resultados mostram que, o município de Monteiro enquadrou-se em um médio nível de capital social, com um índice de 0,7301, em oposição à Serra Branca, a qual apresentou-se com um baixo nível de capital social, sendo o índice de 0,4998. Nos subtópicos seguintes são realizados comentários importantes acerca das dimensões do capital social, bem como dos fatores que resultaram na obtenção de um médio nível de capital social para o município de Monteiro e um baixo nível de capital social para o município de Serra Branca.

4.1.1 Dimensão Apoio Comunitário

A dimensão Apoio Comunitário emerge como um elemento de estabilidade na medida em que se caracteriza por um princípio que guia a ação coletiva dos interesses organizados, referindo-se às características gerais da comunidade e suas possíveis relações com o capital social.

Na composição do Índice de Capital Social, conforme os resultados evidenciados no Quadro 01, verifica-se que o município de **Monteiro** apresenta **maior índice**, com 0,8487, enquanto em **Serra Branca** este índice foi de 0,5275. Pode-se afirmar ainda, que em Monteiro presencia-se um alto nível de capital social, uma vez que se encontra entre o intervalo $0,8 < ICS \leq 1$; já em Serra Branca verifica-se um médio nível de capital social ($0,5 < ICS \leq 0,8$).

Diante do exposto, o município de Monteiro encontra-se em situação mais propícia para geração e acumulação do capital social, uma vez que as instituições locais contribuem

decisivamente para que as pessoas demonstrem interesse para irem em busca de seus objetivos, o que fortalece a presença do capital social na referida localidade.

4.1.2 Dimensão Capital Social Estrutural

A dimensão Capital Social Estrutural diz respeito às formas de organização social e das instituições locais, tanto formais quanto informais, que atuam como instrumentos para o desenvolvimento comunitário, como, por exemplo, papéis, regras e procedimentos, induzindo para uma maior cooperação dos indivíduos locais.

De acordo com as análises resultantes da participação das respectivas variáveis e do subsequente cálculo do ICS, percebe-se que no município de **Monteiro** o capital social é **melhor viabilizado**, com um índice de 0,7942, enquadrando-se em um médio nível de capital social. Já o município de Serra Branca encontra-se em uma situação bastante inferior, com um índice de 0,3269, ou seja, encontra-se com um baixo nível de capital social nesta dimensão.

Neste sentido, verifica-se que o município de Monteiro dispõe de maior capacidade estrutural, ou seja, a comunidade em geral encontra-se melhor organizada. Tal fato viabiliza o fortalecimento do capital social, uma vez que se presencia com maior ênfase neste município uma interação entre a comunidade e as instituições locais, corroborando assim para uma atuação eficaz das mesmas e, por conseguinte, um maior desenvolvimento comunitário.

4.1.3 Dimensão Redes e Organizações de Apoio Mútuo

A dimensão Redes e Organizações de Apoio Mútuo envolve a presença de inter-relações entre os indivíduos, grupos e organizações, no intuito de alcançarem com tal aproximação os resultados almejados.

Com a realização da pesquisa, verifica-se que o município de **Serra Branca** tem suas variáveis de Capital Social **mais favorecidas** que **Monteiro**, o que resulta em uma maior desenvoltura nesta dimensão, com a presença dos respectivos índices: 0,6732 e 0,5736 respectivamente. Para tanto, ambos os municípios encontram-se com um médio nível de acumulação de capital social ($0,5 < ICS \leq 0,8$).

Diante do exposto, pode-se afirmar que em Serra Branca, apesar de ser incipiente a parceria entre sociedade e instituições públicas, os indivíduos locais encontram-se mais engajados, visto que se verifica a presença de maiores níveis de integração social em detrimento ao distanciamento das pessoas, o que é um fator relevante para os estudos acerca do capital social.

4.1.4 Dimensão Ação Coletiva Prévia

A dimensão Ação Coletiva Prévia compreende o grau de coletivismo existente numa dada localidade, através da aglomeração de pessoas que demonstram ter a consciência de que em grupo podem apresentar melhores rendimentos que atuando isoladamente. Torna-se um aspecto importante na vida de uma comunidade em muitos países, embora os propósitos de tais ações possam se diferir de indivíduo para indivíduo.

De acordo com as análises pode-se observar que o município de **Monteiro** apresenta as variáveis do capital social relacionadas à Ação Coletiva Prévia **mais satisfatórias** que **Serra Branca**, uma vez que deteve no geral os seguintes índices: 0,7353 e 0,3461 respectivamente. Logo, em Monteiro tem-se um médio nível de capital social ($0,5 < ICS \leq 0,8$), e em Serra Branca um baixo nível do mesmo ($0 < ICS \leq 0,5$).

Nesta perspectiva, pode-se observar que em Monteiro existe uma maior propensão para as pessoas realizarem as diversas atividades coletivamente, uma vez que existe uma

contrapartida essencial que é a presença ativa das instituições, incentivando a população para se engajar, no intuito maior de alcançarem objetivos específicos, o que tem viabilizado a presença do capital social com maior ênfase nesta localidade.

4.1.5 Dimensão Capital Social Cognitivo

O Capital Social Cognitivo pode ser definido como a essência do capital social, uma vez que diz respeito às normas, valores, cultura, crenças e atitudes que são intrínsecas ao indivíduo e que o faz apresentar determinado tipo de comportamento baseados na solidariedade, na cooperação e na confiança.

A obtenção dos resultados, com base na análise das variáveis mencionadas acima, permite afirmar que o município de **Serra Branca** (0,7790) tem um índice de capital social relativamente **mais elevado** que **Monteiro** (0,6543). Vale ressaltar que, ambos os municípios apresentam um médio nível de capital social, enquadrando-se no intervalo de $0,5 < ICS \leq 0,8$.

Neste sentido, a maior desenvoltura de Serra Branca nesta dimensão pode ser justificada pela existência de um espírito participativo nos cidadãos da referida localidade, onde as pessoas têm a vontade e o interesse de se unirem e formarem associações, a fim de fortalecerem-se para contribuir com o desenvolvimento local, todavia, não encontram espaço suficiente para firmarem uma parceria com as instituições presentes. Tal conclusão é importante para a formação do capital social, dado os princípios de coesão social que o mesmo apresenta.

4.1.6 Dimensão Perfil Organizacional

A dimensão Perfil Organizacional visa explorar características internas às organizações e/ou instituições locais, evidenciando o tipo de relacionamento que as mesmas detêm com as demais existentes.

Com a obtenção dos dados pode-se observar que o município de **Monteiro** apresenta as variáveis de capital social referentes a esta dimensão **mais favorecidas** que **Serra Branca**, uma vez que deteve os respectivos índices: 0,7746 e 0,3462. Dessa forma, os municípios encontram-se enquadrados em diferentes níveis de capital social, apresentando o município de Monteiro um médio nível ($0,5 < ICS \leq 0,8$) e Serra Branca um baixo nível do mesmo ($0 < ICS \leq 0,5$).

Tais resultados evidenciam um melhor posicionamento para o município de Monteiro nesta dimensão do capital social, tornando-se perceptível no referido município uma atuação mais efetiva dos líderes que representam as diversas organizações/instituições presentes, através da sua participação e representabilidade para com o grupo e com a sociedade em geral. Vale ressaltar que, a instituição política, em particular, tem uma interferência direta para que as demais organizações direcionem as atividades para o desenvolvimento de projetos que beneficiem a maioria dos participantes.

Diante do exposto, o município de Monteiro tem o conceito e as práticas de capital social mais fortalecidas, uma vez que nas dimensões Apoio Comunitário, Capital Social Estrutural, Ação Coletiva Prévia e Perfil Organizacional, os índices se apresentaram com melhores resultados, totalizando um índice geral de **0,7301**, elevando-o a obtenção de um médio nível de capital social, em oposição ao baixo nível de capital social encontrado em Serra Branca (**0,4998**).

A partir destes resultados pode-se inferir que o município de Monteiro dispõe de uma contrapartida essencial para o favorecimento do capital social, visto que os agentes externos, em especial, as instituições representantes do poder político, têm uma participação ativa no sentido de incentivar o engajamento da sociedade civil nos diversos projetos e ações que são

desenvolvidos no município, o que ocorre com menor ênfase em Serra Branca, pelas razões já explicitadas no decorrer dos resultados. Vale ressaltar, que numa visão mais ampliada acerca dos resultados expostos no Quadro 01, os mesmos evidenciam no município de Serra Branca um índice bastante próximo do critério estabelecido para o médio nível de capital social, o que reforça até certo ponto, a presença de variáveis importantes que potencializam a presença do capital social existente nesta localidade, oriundas, sobretudo, da espontaneidade intrínseca desses indivíduos.

4.2 Índice de Desenvolvimento Sustentável

O Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) foi obtido a partir da utilização de metodologia desenvolvida por Martins e Cândido (2008), a qual compreende as 6 dimensões da sustentabilidade. O IDS foi obtido para cada dimensão mencionada e por último, foi feita a média aritmética das dimensões, no intuito de dispor de um índice final. No Quadro 02, estão explicitados os resultados da pesquisa para as dimensões do desenvolvimento sustentável em ambos os municípios analisados, Monteiro e Serra Branca.

DIMENSÃO	ÍNDICE MÉDIO - Monteiro	ÍNDICE MÉDIO - Serra Branca
Social	0,5122	0,5783
Demográfica	0,4622	0,3878
Político-Institucional	0,3277	0,3924
Econômica	0,3724	0,3798
Ambiental	0,6308	0,4032
Cultural	0,0844	0,0576
IDS Final	0,3983	0,3665

Quadro 02: Cálculo Final do IDS

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2008)

Os resultados obtidos apontam que, o município de Monteiro obteve um índice de 0,3983, encontrando-se em situação relativamente superior ao município de Serra Branca, o qual obteve um índice de 0,3665. A seguir, encontram-se dispostas às respectivas análises realizadas para cada dimensão da sustentabilidade.

4.2.1 Dimensão Social

A dimensão social do desenvolvimento sustentável está relacionada aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social, abrangendo os indicadores anteriormente mencionados na fundamentação teórica da pesquisa.

A partir da análise dos respectivos indicadores que englobam a dimensão social, verifica-se que o município de **Serra Branca** se apresentou **mais propenso** que **Monteiro** para desenvolver-se sustentavelmente, uma vez que a média geral foi respectivamente de **0,5783** e **0,5122**.

Tais resultados obtidos corroboram para um maior favorecimento dos cidadãos de Serra Branca e do município em geral nesta dimensão, na medida em que obteve seus indicadores sociais melhores favorecidos, ou seja, demonstra que a população local tem suas necessidades básicas e conseqüentemente, uma qualidade mínima de vida atendida. Todavia, verifica-se em ambos os municípios pesquisados a presença de indicadores importantes para análise da sustentabilidade que se encontram aquém da situação almejada, devendo ser reavaliado por parte da sociedade em parceria com os gestores públicos.

4.2.2 Dimensão Demográfica

A análise da dinâmica demográfica supõe a existência e a operacionalização de dados e indicadores que expressem os principais movimentos inerentes aos níveis e padrões demográficos. A disponibilidade de uma série estatística de longo prazo permite a configuração de tendência e previsões para um futuro próximo.

De acordo com o índice geral da dimensão, os resultados apontam que há a presença de certa uniformidade em ambos os municípios analisados, no entanto, a cidade de **Monteiro** apresenta-se **relativamente mais favorável**, com um índice de **0,4622**, em contrapartida, Serra Branca apresenta-se com **0,3878**.

Os resultados da pesquisa evidenciam que o município de Monteiro obteve melhor índice de desenvolvimento sustentável na dimensão demográfica quando comparado à Serra Branca, tornando-se com maior possibilidade de desenvolver-se sustentavelmente, uma vez que dispõe de uma infra-estrutura mais adequada, o que contribui para que parcela significativa da comunidade permaneça em seu município, em detrimento de ausentar-se em busca de melhores oportunidades. Porém, ambos os índices necessitam ser revistos, no intuito de a sociedade reivindicar aos gestores maiores investimentos locais.

4.2.3 Dimensão Econômica

A dimensão econômica dos indicadores de desenvolvimento sustentável avalia o desempenho macroeconômico e financeiro e dos impactos no consumo de recursos materiais e uso de energia primária.

Neste sentido, os resultados obtidos permitem afirmar que o município de **Serra Branca (0,3798)** apresenta-se **relativamente superior** ao de **Monteiro (0,3724)**, uma vez que obteve um índice de desenvolvimento sustentável relativamente maior.

É importante mencionar, que os índices identificados são consideravelmente baixos, o que sugere um incentivo para que se possa reduzir as desigualdades em ambos os municípios pesquisados, sendo este um dos objetivos primordiais do desenvolvimento sustentável, ou seja, almeja-se o alcance de um equilíbrio entre as classes sociais. Verifica-se um incipiente desenvolvimento econômico em Serra Branca, que se encontra em uma situação um pouco mais favorável que Monteiro. Dessa forma, tem-se a necessidade de uma reformulação das políticas públicas no intuito de reerguer os indicadores da referida dimensão.

4.2.4 Dimensão Político-Institucional

A dimensão político-institucional dos indicadores de desenvolvimento sustentável refere-se à orientação política, capacidade e esforço despendido para as mudanças requeridas de uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável.

A partir dos resultados obtidos, pode-se verificar que o município de **Serra Branca (0,3924)** apresenta-se **superior** ao de **Monteiro (0,3277)**. Todavia, os índices encontrados são **consideravelmente baixos**, sendo ocasionados, sobretudo, pelas deficiências demonstradas por parte das instituições representativas das localidades.

Nesta perspectiva, a obtenção de tais resultados revela uma situação relativamente mais favorável para Serra Branca quando comparado ao município de Monteiro nesta dimensão, para tanto, pode-se vislumbrar as fragilidades apresentadas pelas entidades que têm a responsabilidade de gerenciar programas e ações de interesse da sociedade, tendo implicação direta na gestão dos recursos públicos e na adequada e eficiente execução dos programas sociais que possam estar vindo a ser desenvolvidos, o que deve ser revertido para que se alcance um efetivo desenvolvimento sustentável.

4.2.5 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental dos indicadores de desenvolvimento sustentável está relacionada ao adequado uso dos recursos naturais e à degradação do meio ambiente, ou seja, tem como objetivo a preservação e conservação do meio ambiente, considerados cruciais ao benefício das gerações futuras.

Diante do exposto, os dados obtidos com a realização da pesquisa permitem inferir que o município de **Monteiro (0,6308)** apresenta-se **consideravelmente superior** a **Serra Branca (0,4032)**, o que corrobora para um melhor posicionamento do município de Monteiro quanto às questões ambientais.

Como se pode perceber, o município de Monteiro tem suas práticas e ações relacionadas à dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável melhor viabilizada que Serra Branca, uma vez que demonstra uma maior preocupação com as questões de ordem ambiental, resultante de maior consciência da sociedade civil como também das instituições locais, o que é um ponto positivo e necessita apenas que se tenha uma continuidade, no intuito de se criar bases para construção de um efetivo desenvolvimento sustentável.

4.2.6 Dimensão Cultural

A dimensão cultural dos indicadores de desenvolvimento sustentável visa tornar presente a identidade cultural de contextos específicos, retratando paralelamente a importância em se ter disponível numa dada localidade eventos culturais, que elevem a capacidade intelectual dos indivíduos e simultaneamente, proporcionem momentos de lazer.

De acordo com a pesquisa, os resultados indicam que o município de **Monteiro** apresenta-se **relativamente mais favorável**, com um índice de **0,0844**, em contrapartida, Serra Branca apresenta-se com **0,0576**.

Um aspecto bastante positivo e que deve ser ressaltado, foi a recente instalação de um Campus da Universidade Federal de Campina Grande, elevando o potencial e desenvolvimento intelectual dos jovens da cidade de Monteiro que até então tinham que se deslocar para as cidades maiores em busca de oportunidades, para assim, ter um futuro melhor. Todavia, os índices gerais da dimensão revelam o fato de que esta dimensão tem a situação mais crítica quando comparada as demais, logo, grande parte dos aspectos de ordem cultural apresentam-se em situação de desfavorabilidade, o que já era de se esperar, na medida em que o porte das cidades e as próprias dificuldades apresentadas pelos setores que deveriam ser prioritários apresentarem-se em situação semelhante. Sendo assim, torna-se necessária uma atuação dos gestores, no sentido de promover eventos culturais que elevem a capacidade intelectual das pessoas e proporcionem paralelamente, momentos de lazer.

A partir de tais considerações, verifica-se que os indicadores de sustentabilidade foram melhores beneficiados no município de Monteiro, o qual obteve um índice de **0,3983**, em oposição a Serra Branca que deteve um índice de **0,3665**. Para tanto, são índices consideravelmente baixos e que reforçam a situação de instabilidade nestes municípios e do próprio Estado, uma vez que quanto mais próximo de 1,00, melhor a viabilização para o desenvolvimento sustentável.

Outro ponto que merece destaque é o fato de que, embora Monteiro tenha apresentado um índice relativamente maior que Serra Branca, ambos encontraram-se em situação semelhante, reforçada pela proximidade dos índices evidenciados. Logo, a necessidade de intervenções públicas, no sentido de elevar tais índices, bem como de uma redefinição de comportamentos por parte da população local.

4.3 Relação entre os Níveis de Capital Social e os Índices de Desenvolvimento Sustentável

A partir da realização de análises específicas para o capital social e para o desenvolvimento sustentável, algumas inferências e inter-relacionamentos podem ser feitos, no intuito maior de atender efetivamente aos anseios da pesquisa. No Quadro 03 estão expostos alguns fatores pertinentes que tornam ainda mais perceptíveis à relação existente entre os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável.

NÍVEIS DE CAPITAL SOCIAL & ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
O melhor nível de CS na dimensão <i>Apoio Comunitário</i> resultou numa situação mais favorável para o município de Monteiro, apresentando uma relação direta com a obtenção de um melhor IDS , na medida em que se constatou maior engajamento e participação entre a sociedade, e especialmente, entre esta com as instituições locais.
O município de Monteiro demonstrou dispor de um maior nível de CS na dimensão <i>Capital Social Estrutural</i> , o que foi resultante da participação ativa dos líderes no processo de desenvolvimento e infraestrutura adequada da comunidade, contribuindo decisivamente para um maior IDS .
O maior nível de CS na dimensão <i>Redes e organizações de apoio mútuo</i> no município de Serra Branca contribuiu com o desenvolvimento sustentável do mesmo, uma vez que a interação entre indivíduos, grupos e organizações é um dos pontos fundamentais para a sustentabilidade. Todavia, não foi suficiente para obtenção de um melhor IDS , dada a predominância de variáveis que obtiveram contribuições mínimas.
O maior nível de CS na dimensão <i>Ação Coletiva Prévia</i> favoreceu o maior IDS no município de Monteiro, na medida em que se constatou um maior estímulo para a participação da população por parte das instituições, aliada ao desenvolvimento de atividades coletivas e uma percepção geral do grau de iniciativa da população para cooperar;
Com relação à dimensão <i>Capital Social Cognitivo</i> , o município de Serra Branca demonstrou dispor de um maior nível de CS , o que resultou em maiores laços sociais de cooperação, resultantes, sobretudo, da espontaneidade intrínseca dos moradores da referida localidade para serem solidários uns com os outros. Para tanto, as contribuições das respectivas variáveis que compõem tal dimensão não foram suficientes para obtenção de um melhor IDS .
Por fim, o maior nível de CS na dimensão <i>Perfil Organizacional</i> no município de Monteiro contribuiu para que o mesmo viesse a apresentar um maior IDS , na medida em que se identificou uma atuação mais efetiva das instituições públicas e demais organizações presentes na localidade, ficando comprovado com a realização da pesquisa que as mesmas têm sido propulsoras de um desenvolvimento mais consolidado quando comparado à Serra Branca.

Quadro 03: Níveis de Capital Social & Índices de Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Elaboração Própria (2008)

As considerações expostas acima se tornaram relevantes para o alcance do objetivo proposto, na medida em que o levantamento das dimensões do capital social, a partir do maior nível identificado, possibilitou apontar as interferências ou não do capital social no índice de desenvolvimento sustentável final apresentado para os municípios de Monteiro e Serra Branca. Dessa forma, a presença do capital social tornou-se essencial para o conhecimento do potencial de articulação e de sustentabilidade das referidas localidades, assim como se consolidou em um importante instrumento para elaboração de ações e práticas voltadas para o alcance do desenvolvimento local sustentável.

5. Considerações Finais

Diante de tais considerações, pode-se constatar que o município de Monteiro apresentou um maior nível de capital social e maior índice de sustentabilidade, resultantes, sobretudo, da presença de indivíduos mais engajados, participativos, atuantes e socialmente responsáveis com os assuntos de interesse geral da comunidade, bem como da presença de instituições locais mais atuantes. A parceria identificada entre os atores sociais e as instituições contribuiu decisivamente para obtenção de um melhor posicionamento no que se

refere ao capital social e a sustentabilidade do município e, numa perspectiva de longo prazo, torna-se facilitador no alcance de um efetivo desenvolvimento local sustentável; ocorrendo o inverso em Serra Branca, uma vez que se constatou um baixo nível de capital social e paralelamente um menor índice de desenvolvimento sustentável.

Vale ressaltar, que a presença de baixos índices de sustentabilidade nas dimensões analisadas em ambos os municípios podem ser justificados pela relativa intensidade do capital social identificado nos mesmos, ou seja, ainda constata-se a predominância em tais sociedades de comportamentos individualistas e competitivos, sendo a obtenção de um alto nível de capital social um dos desafios impostos aos atores sociais, uma vez que implica numa mudança cultural dos mesmos.

É importante reforçar o fato de que houve poucas diferenças nos índices obtidos para Monteiro e para Serra Branca, tanto na análise dos níveis de capital social, quanto nos índices de desenvolvimento sustentável, o que resulta numa análise qualitativa situações de certa forma semelhantes, gerando assim a possibilidade de posteriores estudos, os quais incorporem metodologias diferenciadas, a fim de diagnosticar sob outra ótica, os níveis de capital social e os índices de desenvolvimento sustentável de tais municípios.

A partir destas considerações, a contribuição maior deste artigo reside na obtenção de um senso comum, em que o efetivo alcance do desenvolvimento local sustentável dependerá necessariamente da existência de um equilíbrio por parte dos gestores públicos em administrar de modo coerente os diversos investimentos nos setores sócio-econômicos, políticos, institucionais, ambientais e culturais, atrelado a uma conscientização dos cidadãos em reavaliarem hábitos, costumes e comportamentos, que na maioria das vezes contradizem o ideal de um país igualitário, devendo a idéia de ética sustentável ser efetivamente compreendida e acima de tudo, executada pelos membros de uma dada sociedade.

Neste sentido, a importância em se reduzir ao máximo a distância entre os canais de comunicação que ligam a sociedade, o Estado e as instituições que se fazem presentes, no intuito de fortalecer o capital social existente, e como consequência, viabilizar a criação de um ambiente propício para formação de laços sociais e parcerias e, por conseguinte, para construção de uma sociedade sustentável.

Referências Bibliográficas

BAQUERO, M.; CREMONENSE, D. **Capital social: teoria e prática**. Ijuí: Unijuí, 2006.

BARRETO, R. C. S. **Políticas Públicas e o Desenvolvimento Rural Sustentável no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural), Universidade Federal do Ceará, 2004.

BOURDIEU, P. **Le capital social: notes provisoires**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. n.31, p. 2-3, 1980.

CÂNDIDO, G. A. **A Aplicação das dimensões do desenvolvimento sustentável e os níveis da competitividade sistêmica: Um estudo comparativo entre regiões produtoras de calçados no Brasil**. 2004. Tese (Concurso Professor Titular) - Departamento de Administração e Contabilidade do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, 2004.

COLEMAN, J. **Foundations of social theory**. Cambridge: The Belknap press of Harvard University Press, 1984.

_____. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1990.

COSTA, I. **O capital social como instrumento para viabilização do desenvolvimento local: Um estudo comparativo entre localidades participantes do pacto "Novo Cariri" dentro do programa SEBRAE-PB / Rede DLIS**. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção), Universidade Federal de João Pessoa, 2007.

D'ARAÚJO, M. C. S. **Capital Social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

FRANCO, A. de. **Capital Social, Leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy**. Copyright, 2001.

GALLOPÍN, G. C. *et al.* **Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators**. A system approach. *Environmental Modelling & Assessment*. 1: 101-117, 1996.

GOLDSMITH, E. *et al.* **Blueprint for survival**. Boston: Harmondsworth & Houghton Mifflin, 1972.

GROOTAERT, C. *et al.* **Questionário Integrado para medir capital social (QI-MCS)**. Banco Mundial, 23 de junho de 2003. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em: 05 jul. 2004.

HANIFAN, L. J. **The Rural School Community Center**. *Annals of The American Academy of Political and Social Science*. 67, 1916. p. 130-138.

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2004 (IDS 2004). IBGE. Rio de Janeiro, 2004. 389 p. + 1 CD-ROM : il., gráfs., mapas color. (Estudos e pesquisas. Informação geográfica; n. 4). ISBN 8524008881. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acessado em: maio/2006

JACOBS, J. **The Death and Life of Great American Cities**. Nova York: Random House, 1961.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. **Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará**: Estudo de Caso. UFC /CCA /DEA, Fortaleza, Ceará, 2002.

LOURY, G. A. Dynamic Theory of Racial Income Differences. In: WALLACE, P.A; LE MUND, A. **Women, Minorities and Employment Discrimination**. Lexington, Mass: Lexington Books, chapter 8, 1977.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de Desenvolvimento Sustentável – IDS dos Estados brasileiros e dos municípios da Paraíba**. João Pessoa: Edições SEBRAE, 2008.

MENEGASSO, M. E.; CARELLI, M. N. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável em Joinville – SC**, 2004.

NOSSO FUTURO COMUM/Comissão Municipal sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SACHS, I. **Desenvolvimento Sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbana: os casos da Índia e do Brasil**. In: VIEIRA, P. F., WEBER, J. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

SEPÚLVEDA, S. **Desenvolvimento microrregional sustentável: métodos para planejamento local**. Brasília: IICA, 2005.

TOCQUEVILLE, A. de. **Democracia na América** Várias edições. (1835; 1840).

WAQUIL, P. D. *et al.* **Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil**. SDT/MDA. UFRGS, 2006.